

# **REN** **ECONOMIA AGRÍCOLA, RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE**

## **SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS LOCAIS DE ABASTECIMENTO**

.....

*Altivo R. A. de Almeida Cunha*  
*Professor do Departamento de Economia*  
*da FACE/UFMG*  
*Mauro Borges Lemos*  
*Professor do CEDEPLAR/UFMG e do*  
*Departamento de Economia da*  
*FACE/UFMG*

### **RESUMO:**

.....

Este artigo enfoca as políticas públicas de abastecimento alimentar a partir de diversas formulações do conceito de Segurança Alimentar. O artigo analisa a evolução do conceito de Segurança alimentar e propõe uma metodologia de análise das políticas ligadas a esse campo. No último tópico, é enfatizada a instância urbana como nucleadora de esforços de segurança alimentar, tomando como exemplo a experiência das políticas de abastecimento de Belo Horizonte a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, cujos principais resultados são relatados.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Segurança Alimentar; Política Pública; Abastecimento de Alimentos; Economia Alimentar.

## 1 INTRODUÇÃO

.....

Uma questão relevante dentro do processo de descentralização de políticas públicas, que vem assumindo novas e importantes feições, refere-se ao alcance e a efetividade de políticas locais como fator de desenvolvimento social e econômico.

Em relação as políticas de saúde e educação parece haver um relativo consenso que a descentralização é uma estratégia eficiente para promover a melhoria e efetividade das práticas e políticas setoriais. No entanto, em relação as políticas de Segurança Alimentar (S.A) este consenso ainda não se estabeleceu devido, principalmente, aos questionamentos quanto a capacidade de políticas locais intervirem efetivamente para a regulação de cadeias produtivas, que envolvem um amplo espaço regional, sendo que uma parcela importante destas atividades não são urbanas.

Algumas questões fundamentais devem ser abordadas para a análise do alcance e eficácia das políticas urbanas de abastecimento alimentar. A primeira trata da compreensão do significado do conceito de Segurança Alimentar e suas implicações. Especificamente, quais condições são necessárias para estabelecer um estado de Segurança Alimentar? E ainda, quais são as iniciativas, os meios e os instrumentos para seu estabelecimento?

No item 2 deste trabalho, o conceito de Segurança Alimentar é analisado em suas diversas formulações e evoluções, incluindo as recentes propostas do World Food Summit de 1996, cujo desenvolvimento servirá de base para que apliquemos estas questões ao nível das políticas urbanas.

No item 3 é analisado o caso da condução de uma política municipal de abastecimento alimentar em Belo Horizonte entre 1993 e 1996. Alguns resultados aqui apresentados demonstram que as políticas locais urbanas podem contribuir efetivamente para a melhoria de diversos aspectos envolvidos na produção, comercialização e consumo alimentar, avançando no sentido de uma interpretação ampliada do conceito de Segurança Alimentar.

## 2 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR COMO REFERENCIAL ANALÍTICO

.....

O conceito de Segurança Alimentar tem origem nas políticas e iniciativas articuladas levadas à cabo em diversos países centrais - notadamente os países da CEE e Japão - no período do pós-guerra.

A essência das iniciativas e políticas cobertas pelo guarda-chuva do conceito de S.A. está no reconhecimento dos alimentos como bem estratégico nacional. Com economias abaladas pela guerra, e com forte dependência externa em relação ao suprimento alimentar da população, a compreensão do alimento como bem estratégico impôs que, a necessidade de suficiência do suprimento alimentar desencadeasse um processo orientado para a busca de autonomia produtiva nacional.<sup>1</sup>

Como suposto básico, a autonomia deveria ter como atributos a estabilidade e sustentabilidade. Ou seja, presumia a estruturação de uma oferta suficiente a curto, médio e longo prazo, a serem obtidas a partir da articulação de desenvolvimentos tecnológicos e instrumentos de garantia de sustentação de preços e renda. Em tais políticas descritas como ações de *food security*, a concepção de independência e soberania alimentar prepondera sobre a idéia de especialização e vantagens comparativas.

Com efeito, as políticas abarcadas pela Política Agrícola Comum da CEE (PAC) propiciaram que a CEE se tornasse praticamente auto-suficiente na produção alimentar e dispusesse de um imenso aparato de garantias e salvaguardas para seus produtos nacionais, amparados por uma farta e ampla rede de subsídios.

Com o crescente atendimento às demandas quantitativas, esse aparato passa, em um segundo momento, a priorizar o estabelecimento de normas qualitativas em relação à qualidade sanitária e comercial de produtos alimentares, agregando às políticas de *food security* um conjunto

<sup>1</sup> Diversos autores estabelecem uma relação direta entre o conceito de Segurança Alimentar e o significado estratégico-militar das políticas européias e norte-americanas. A respeito ver Abramovay (1992), Veiga (1991). Uma boa síntese do significado estratégico destas políticas é encontrado em Marques (1996a).

de ações orientadas para garantir um padrão de qualidade expresso em ações de *food safety*.

A vigência de estados de pobreza e desigualdade em países em desenvolvimento em condições extremamente vulneráveis reforçou a visão de que a suficiência alimentar deveria estar igualmente priorizada à questão da equidade (atendimento universal a demanda por alimentos). Os instrumentos públicos deveriam não apenas orientar-se para a garantia da produção mas também intervir na garantia do acesso - físico e econômico - aos alimentos. Ao considerar a questão da *equidade*, o conceito de Segurança Alimentar assume o caráter de Direito fundamental, mais além do que um estado de Bem-estar social. Esta passagem conceitual é importante porque envolve um redimensionamento da questão, passando da esfera nacional, ou coletiva, para a esfera individual. Envolve, portanto, o reconhecimento das diferenças entre os indivíduos na questão alimentar. Indivíduos que são biologicamente vulneráveis e têm necessidades nutricionais básicas específicas, como gestantes, nutrízes, crianças, idosos, diabéticos, enfermos, têm o direito de ter assegurado seu acesso aos alimentos que lhes são necessários à sua condição. São atributos, portanto, da equidade as *oportunidades sociais* e o *atendimento às necessidades individuais*.

A carta de Roma, documento síntese do Encontro Mundial sobre alimentação de 1996,<sup>2</sup> o mais recente fórum internacional sobre a questão de segurança alimentar, lança as bases para uma concepção ampliada do conceito de S.A., com a explicitação de uma visão sistêmica que aborda a interrelação entre as etapas de produção, transformação, distribuição e consumo alimentar.

Os 7 compromissos básicos estabelecido no encontro, estipulam os seguintes critérios, basicamente como condições para a obtenção de um estado de segurança alimentar:

- 1) O estabelecimento de condições políticas, sociais e econômicas para erradicação da pobreza e a desigualdade;
- 2) A condução de políticas orientadas para garantia do acesso físico e econômico a todos, e a todo momento, de alimentos su-

ficientes, nutricionalmente adequados e inócuos;

- 3) práticas e políticas sustentáveis e participativas de desenvolvimento agroalimentar orientadas para assegurar um acesso suficiente e adequado ao nível familiar, nacional, regional e mundial;
- 4) Práticas comerciais leais e orientadas para o mercado;
- 5) Prevenção à catástrofes e ações de caráter emergencial;
- 6) Otimização dos investimento públicos e privados ;
- 7) Implantação e fiscalização e do plano de ações estabelecido no encontro.

A carta de Roma traz para a questão da segurança alimentar novas e importantes implicações, além da preocupação com a disponibilidade e qualidade alimentar. Reconhece a necessidade de combater a pobreza como compromisso primeiro e estabelece como alvos de equidade as dimensões familiar, nacional e mundial, reconhecendo a desigualdade de acesso nestas instâncias. E agrega às recomendações de práticas de sustentabilidade e adequação produtiva, práticas comerciais 'leais' e de investimentos públicos e privados 'otimizados' e do acesso físico e econômico aos alimentos.

Reforça, portanto, o caráter sistêmico do conceito, ao incluir e evidenciar a participação privada, e as desigualdades de acesso em diversas instâncias regionais.

Poderíamos expressar esta concepção "ampliada" do conceito de Segurança Alimentar como um conjunto de ações, iniciativas e políticas articuladas, que envolve o Estado e os diversos grupos organizados da sociedade visando o estabelecimento de uma oferta sustentável, contínua e adequada de alimentos para atender o suprimento às necessidades básicas de todos os cidadãos e grupos sociais, uma vez reconhecidas suas demandas individuais e suas condições sócioeconômicas

Tal formulação beneficia-se de duas abordagens teóricas distintas mas compatíveis. O reconhecimento de uma articulação sistêmica entre os diversos elos de produção e consumo se dá tal como se estruturam as abordagens de *Commodity*

<sup>2</sup> World Food Summit, realizado em Roma, em Novembro de 1996.

*System Approach*. A noção de integração e cooperação entre estado e sociedade sugere ser plausível uma interpretação neocorporativista, que explica a organização de ações em torno de uma "concertação" nacional.<sup>3</sup>

A primeira questão, em relação a pertinência de políticas locais de abastecimento e sobre a contribuição a um estado de segurança alimentar estaria contemplada pelo enfoque da ação de garantia local ou familiar e nos instrumentos de política local para estimular a eficiência das cadeias produtivas, resultando em oportunidades e melhores condições de acessibilidade econômica aos alimentos.

Ao envolver uma estreita lógica entre *eficácia, eficiência produtiva e equidade* de consumo, o conceito de Segurança Alimentar propicia uma importante convergência de interesses entre as políticas consideradas como setoriais e sociais, agregando à estas as iniciativas de natureza não-governamental.

### 3 AÇÕES E INSTRUMENTOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR

O enfoque ampliado do conceito de Segurança Alimentar estabelece diferentes campos e instrumentos de ação referentes a busca de padrões adequados de oferta e consumo alimentar. As problematizações, os diagnósticos e as prioridades de cada situação específica encontrada, seja de âmbito local ou nacional, estabelecem diferentes hierarquias de problematização da questão da Segurança Alimentar, e por conseguinte estratégias diferenciadas. Essas estratégias não-excludentes, mas hierarquizadas conforme as condições mais críticas, reconhecem a necessidade de articulação política para o alcance de estágios sucessivos de adequação à segurança alimentar. Esses estágios sucessivos podem ser interpretados como "valores" intrínsecos dos alimentos, como bem-salário, como base de saúde pública, como atendimento à necessidades individuais orgânicas, como adequação técnica e

social das cadeias agroalimentares e como expressão da qualidade de vida urbana.

#### a) Alimento como bem-salário

A visão original de Segurança Alimentar, como abordado anteriormente, baseia-se na visão de produção e disponibilidade suficiente de bens alimentares dentro do conceito de "*food security*". A disponibilidade suficiente de alimentos é considerada um fator importante para garantir a reprodução da força de trabalho, através do aumento do salário real decorrente da diminuição dos custos de aquisição dos alimentos.

Diversos trabalhos têm enfatizado a necessidade de compreensão e mensuração dos níveis de "*insegurança alimentar*" a partir dos indicadores de acesso aos alimentos medido pela disponibilidade de renda e nível de pobreza, situando como condicionantes da acessibilidade aos alimentos, a distribuição e o nível de renda (Silva, 1993; Hoffmann, 1995) ou na disponibilidade física de alimentos produzidos internamente (Homem de Melo, 1988; Alves & Contini, 1992; Carvalho Filho, 1995).

A redução dos dispêndios familiares com alimentação pode aumentar a disponibilidade no orçamento doméstico para outros gastos essenciais, como saúde, habitação, vestuário, etc., podem também favorecer mudanças qualitativas, em termos nutricionais e sanitários, na aquisição de alimentos para os membros das famílias que têm necessidades nutricionais diferenciadas, como crianças. Nesse sentido o nível de "*insegurança alimentar*" poderia ser estimado a partir de investigações de grau de desnutrição medidas por avaliações antropométricas, como destaca Monteiro (1995).

Diversos exemplos de ações e políticas direcionadas em diversos níveis federativos de atuação que tem o objetivo de promover a disponibilidade alimentar envolvem ações de:

- a) aumento da disponibilidade física da produção via aumento da produtividade da produção e da oferta agregada de alimentos,
- b) diminuição dos custos de produção e de transação e otimização das relações comerciais, reduzindo o preço final de alimentos,

<sup>3</sup> Neocorporativismo é o termo utilizado para caracterizar as relações entre o estado e os grupos organizados de interesse, através de pactos, ou concertação, entre governo, sindicatos e associações empresariais. (Ortega, 1996)

c) ações que buscam a equidade do acesso de alimentos através de fornecimento subsidiado total ou parcialmente.

b) Alimento como base de saúde pública

O termo Segurança Alimentar no Brasil abarca duas noções distintas quando analisada a origem do conceito em língua inglesa. A expressão *food security* expressa a preocupação com o acesso quantitativo, ao passo que a expressão de *food safety* refere-se ao acesso aos alimentos com adequadas condições de qualidade sanitária e comercial.

Alguns especialistas têm proposto a utilização do neologismo "Segurança Alimentar" para distinguir a busca e necessidade de oferta de "valores qualitativos" associados aos alimentos. Esses são responsáveis pela oferta de alimentos produzidos e elaborados dentro de padrões sanitários adequados e comercializados dentro de condições que permitem um melhor aproveitamento de suas qualidades nutricionais e de rendimento no preparo.

Essa preocupação envolve, portanto, a transmissão de valores de qualidade sanitária que vão desde a utilização de insumos químicos, defensivos e medicamentos, à produção, transformação, conservação e comercialização de produtos alimentares. Esta abordagem tem sido enfatizada por pesquisadores na área da saúde, e divulgada por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS).<sup>4</sup>

A busca de ações em prol da qualidade sanitária e comercial dos alimentos tem sido objeto crescente de preocupação de países que efetivamente já solucionaram a questão de *food security*, desde sua origem, um expressivo envolvimento de setores não governamentais, especialmente na ação coordenada de grupos de consumidores urbanos.

Outra importante fonte de pressão neste sentido parte de setores produtivos dos países centrais que estabelecem padrões sanitários para a importação de produtos alimentares, constituindo barreiras sanitárias que muitas vezes são mais eficientes do que barreiras comerciais e neste aspecto, menos sujeitas a questionamentos em fóruns de regulação do comércio internacional.

c) Alimento como atendimento à necessidades individuais orgânicas

Em adição a questão sanitária, a preocupação com os valores nutricionais específicos dos alimentos tem sido objeto de diversas iniciativas associadas a disponibilidade de nutrientes essenciais, como vitaminas, proteínas, micronutrientes e fibras, ou a ausência de componentes nocivos à saúde como gorduras e açúcares. A valorização da abordagem de "*food healthy*" envolve três ênfases:

Uma ênfase coletiva, referente a acessibilidade aos nutrientes essenciais e que problematiza a questão da chamada "fome oculta", incidente em segmentos da população que, apesar de ter acesso a um número de calorias suficiente, apresenta déficit de nutrientes essenciais como proteínas, vitaminas ou micronutrientes. Alguns pesquisadores e especialistas do campo de nutrição têm se referido a essa questão como "Segurança Nutricional". Nota-se que essa ênfase aproxima-se da questão de *food security* na medida em que pressupõe a equidade de acesso aos nutrientes essenciais, de forma que as políticas e ações orientadas para atender essa questão se assemelham ou complementam aquelas típicas de *food security*, dando maior ênfase, no entanto, a disponibilidade e acessibilidade de proteínas de origem animal (carnes e leite) e vitaminas e outros nutrientes, como no caso de frutas e hortaliças.

Uma segunda ênfase na questão da alimentação saudável está relacionada aos hábitos alimentares urbanos, com a preocupação de fornecimento de alimentos com qualidades nutricionais associados a hábitos saudáveis, como baixos teores de colesterol, gorduras e açúcares, de produtos com ausência de nutrientes potencialmente cancerígenos, alimentos ricos em fibras etc. Esta preocupação, vinculada ao hábito alimentar urbano, geralmente associado aos níveis de renda mais elevados, é favorecida pela articulação de demandas de consumidores, pela difusão de práticas alimentares como questão de saúde e de estratégias das empresas alimentares de diversificação e diferenciação de produtos.

A questão alimentar envolve condicionantes sócio culturais que determinam muitas vezes uma fronteira de preocupações específicas que estão relacionadas à questão da alimentação segura ou saudável, em relação a diferentes hábitos alimentares regionais. Hábitos alimentares típicos

<sup>4</sup> A respeito ver, por exemplo, Käferstein. *apud* Marques, 1996.

podem favorecer dietas excessivamente ricas em nutrientes, como gordurosos e calóricos ou de carência de nutrientes essenciais, favorecendo a ocorrência de problemas de saúde específicos. Podem também valorizar alimentos mais expostos a problemas sanitários como, vísceras, alimentos de baixa conservação, alimentos crus, de origem vegetal e animal e alimentos preparados em condições de difícil controle sanitário associados à produção artesanal

Uma terceira ênfase refere-se à disponibilidade de alimentos para demandas nutricionais específicas dos indivíduos em situações de vulnerabilidade biológica, como é o caso de nutrízes, gestantes e crianças, ou portadores de enfermidades específicas como diabéticos, alérgicos a determinados nutrientes (como no caso da alergia à lactose), etc.

d) Alimento como adequação técnica e social das cadeias produtivas agroalimentares

O enfoque sistêmico que vem permeando as recentes formulações do conceito de Segurança Alimentar trás à luz um conjunto de problematizações e iniciativas, associadas à eficiência técnica e social das cadeias agroalimentares.

Observa-se que em decorrência de valores de busca de alimento saudáveis e de padrões culturais específicos, vêm crescendo a exigência de consumidores associados a um patamar de renda mais elevada por produtos elaborados sem a adição de elementos químicos. Essa exigência se refere tanto a etapa produtiva, com a não utilização de insumos modernos como adubos químicos, agrotóxicos (e em alguns casos até na recusa de sementes melhoradas por processos biotecnológicos sofisticados) envolvendo também a preocupação relativa ao processo de transformação, com a ausência de conservantes, corantes, estabilizantes e outros aditivos químicos.

A demanda por produtos naturais pode transcender a questão nutricional ao premiar ou aumentar a disposição de gasto para aqueles produtos obtidos com um menor atrito ambiental. Mesmo produtos "não-naturais" procuram embutir elementos de menor atrito ambiental ao utilizar embalagens recicláveis.

Essa demanda direcionada abre espaços para a criação de nichos comerciais que revalorizam formas tradicionais ou pré-industriais, de cultivo e exploração, embora sejam requeridos valores

"pós-fordistas" de especialização como controle sanitário, ambiental e gerencial, além de atributos de informação sobre técnicas e origem. Essas condições criam a necessidade de mecanismos públicos ou privados associados à noção de selos ou certificados de qualidade e de origem.

Em adição aos valores ambientais, é crescente uma expansão desse conceito para uma "ecologia antrópica", em que a obtenção de produtos alimentares se dê a partir de práticas produtivas que não utilizem trabalho servil ou escravo, trabalho infantil, e que priorizem produções comunitárias. Isso tem sido objeto de preocupação de entidades como a Organização Internacional do Trabalho - OIT - órgão que procura estabelecer bases internacionais para regular relações trabalhistas e recentemente a Organização Mundial do Comércio - OMC - que tem procurado incluir em suas deliberações a condenação ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, embora tais argumentações, no caso da OMC, venham sendo interpretadas como uma tentativa de imposição de barreiras comerciais principalmente aos países asiáticos.

Um último e importante aspecto refere-se à questão da eficiência produtiva. Duas visões sobre a produção de alimentos a partir de parâmetros de eficiência como fator de Segurança Alimentar têm se destacado recentemente. A Associação Brasileira de Agribusiness, (ABAG,) tem enfatizado que o conceito de Segurança Alimentar expresse condições básicas de coordenação e organização que propiciem uma melhor estruturação das cadeias produtivas e das relações de consumo. (ABAG, 1993) O conceito de Segurança Alimentar implicaria, portanto, a coordenação de políticas agrícolas e agroindustriais *strictu sensu* e políticas monetárias, cambiais visando a eficiência das cadeias produtivas nacionais<sup>5</sup>. Diversos trabalhos que adotam a metodologia de relações intersectoriais para a avaliação da competitividade e organização das cadeias produtivas brasileiras têm sido recentemente realizados, podendo-se destacar Lemos (1995), Cunha(1996) Wilkinson (1995), Farina & Zylberstajn (1995).

Outra visão de Segurança Alimentar está presente nos setores que defendem o livre comércio de produtos agrícolas. Os recentes fóruns de comércio internacional, como a OMC têm propiciado a difusão de um novo conceito de Segu-

<sup>5</sup> Para uma análise da visão da ABAG sobre Segurança Alimentar, ver MARQUES (1996b)

rança Alimentar baseado na concepção de eficiência e vantagens comparativas na produção de alimentos. (Henz, 1995) A dimensão nacional como referencial de Segurança Alimentar é substituída pela noção de relações comerciais estáveis e seguras que permitiriam o provimento interno alimentar de todos os países pelo reforço do comércio internacional.

#### e) Alimento como qualidade de vida urbana

Ao analisarmos a capacidade de intervenção urbana como estratégia para a consolidação de um padrão adequado de Segurança Alimentar, verificamos, a partir de diversos exemplos recentes, que intervenções urbanas na esfera do abastecimento alimentar podem promover efetivamente o aumento da qualidade de vida urbana, expressas na acessibilidade física e econômica de alimentos; na acessibilidade de informações sobre preços e valores sanitários e nutricionais; bem como nas formas de apresentação e comercialização compatíveis com os atuais padrões de urbanização.

Associado ao hábito de consumo urbano, observa-se uma crescente demanda por produtos que carreguem valores de praticidade e conveniência de preparo e consumo. Cresce a importância da oferta de alimentos com diferentes técnicas de preparo e conservação como produtos enlatados, refrigerados, "longa vida" e de preparo doméstico com utilização crescente de eletrodomésticos como *freezers* e fornos de microondas.

Uma interpretação da importância destes "valores" de praticidade alimentar como fator de transformação do sistema agroalimentar é dada por Goodman & Redclift (1991) que investigam as variações no consumo e as consequentes adaptações na cadeia alimentar, a partir das mudanças na força de trabalho com a crescente participação da mulher no trabalho fora do domicílio.

Essas tendências incluem a adição sucessiva de qualidades diferenciadas à matéria-prima agrícola pelas agroindústrias que se expressam na busca de durabilidade, estabilidade, padronização, economia dos tempos de trabalho doméstico e de acesso aos produtos, diferenciação e informação em adaptação às expectativas dos consumidores finais (Fanfani *et. al.* 1990).

Neste caso, os interesses das indústrias de bens de consumo duráveis, indústrias alimentares e dos consumidores se dá de forma semelhante à demanda por produtos diferenciados de "baixos teores". Como decorrência desses hábitos de consumo, uma importante questão colocada refere-se às consequências sobre a organização dos equipamentos de abastecimento, como hiper e supermercados, lojas de conveniências, sacolões, açougues, padarias e outros, principalmente no que se refere e aos efeitos desta competição, que muitas vezes favorece aos grandes capitais de varejo e aos setores modernizados, eliminando competidores e favorecendo a elevação de preços e à concentração de equipamentos referente a distribuição locacional intra-urbana.

Além disso, é crescente a importância da alimentação fora da residência, que tem implicações específicas em termos de demanda de fiscalização sanitária e de hábitos alimentares saudáveis.

Outro aspecto importante como referencial de ações de qualidade de vida urbana no tocante à alimentação é que esta questão envolve graus diferenciados de acessibilidade intra-urbana aos equipamentos de comercialização próximos aos locais de moradia ou trabalho população, e a disponibilidade de acesso a equipamentos de comercialização eficientes. Da mesma forma torna-se importante o acesso às informações referentes aos preços, ou aos valores de sanidade e saúde contida nos alimentos.

## 4 UM EXEMPLO DE POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR: O CASO BELO HORIZONTE

Partimos da análise da implantação e consolidação de uma política local de abastecimento alimentar no município de Belo Horizonte entre os anos de 1993 e 1996, para estabelecer alguns parâmetros de alcance e eficácia de políticas urbanas de Segurança Alimentar.

A experiência de Belo Horizonte pautou-se na criação de uma estrutura administrativa - Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), gestora e nucleadora de diversos programas alinhados sob a rubrica de abastecimento alimentar.

Os elementos de diagnóstico básico à época da criação da SMAB apontavam para um quadro de profunda desigualdade de acesso alimentar para os estratos de população de baixa renda; de desigualdade de acesso a equipamentos eficientes, em termos de preços e qualidade, de comercialização e de elevados dispêndios familiares com alimentação.

De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (1987) em Belo Horizonte, 34% de famílias da cidade que recebiam menos de 5 salários mínimos (s.m.) consumiam apenas 24% das despesas alimentares da cidade, enquanto os 45% de famílias com renda acima de 8 s.m. consumiam 61% deste total.

O perfil do comprometimento de renda com alimentos dos domicílios de Belo Horizonte segue as tendências gerais da lei de Engel, segundo a qual o dispêndio alimentar em relação ao dispêndio total dos domicílios varia inversamente proporcional à renda familiar disponível. As famílias que recebiam menos de 2 s.m. comprometiam em torno de 40% de suas rendas com alimentação, enquanto as que recebiam acima de 8 s.m. consomem menos de 20%. O percentual de dispêndio com alimentação no domicílio segue o mesmo padrão da lei de Engel. Apenas 15% do dispêndio com alimentação das famílias com rendimento abaixo de 2 s.m. são realizados fora do domicílio. Em contraste, as famílias com rendimento acima de 2 s.m. despendem mais de 30% de seu orçamento alimentar fora do domicílio.

Um outro fator de análise é que, espacialmente a cidade de Belo Horizonte apresenta desigualdades na oportunidade de acesso aos alimentos pela concentração de equipamentos de comercialização em grandes eixos, o que torna ainda mais onerosa a aquisição de alimentos pela população de baixa renda, residente em bairros periféricos.

Um estudo sobre a estruturação urbana de serviços realizado pela Prefeitura municipal de Belo Horizonte o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) o qual especifica locacionalmente a diferenciação de acesso populacional aos serviços, dentre eles a oferta de serviços de abastecimento urbano, que relaciona como indicadores a disponibilidade de área de equipamentos de comercialização tradicionais (supermercados, equipamentos de varejo e restaurantes) e o diferencial de preços relativos medidos pelo cálculo de uma cesta básica típica de con-

sumo alimentar, para constituir um índice de oferta de serviços na cidade.<sup>6</sup>

O índice para o abastecimento, plotado no mapa da cidade (Figura 1), indica os grandes eixos de abastecimento urbano expressos na rede de serviços privados (áreas de maior densidade de pigmentação) e as áreas municipais pouco atendidas pela oferta de equipamentos com capacidade comercial.

Esse dado indica que a questão alimentar urbana envolve, não apenas uma problemática de eficiência das cadeias produtivas e de comercialização, mas também a desigualdade de acesso físico da população aos equipamentos de abastecimento.

As intervenções e iniciativas coordenadas pela SMAB frente a este diagnóstico básico se pautaram em uma série de programas e projetos tecnicamente heterogêneos, referentes à produção, comercialização e consumo alimentar.

O Quadro 1 sintetiza os principais projetos e iniciativas desenvolvidos conforme suas características básicas, seu nível de integração ou parcerias com outras estruturas governamentais e não governamentais.

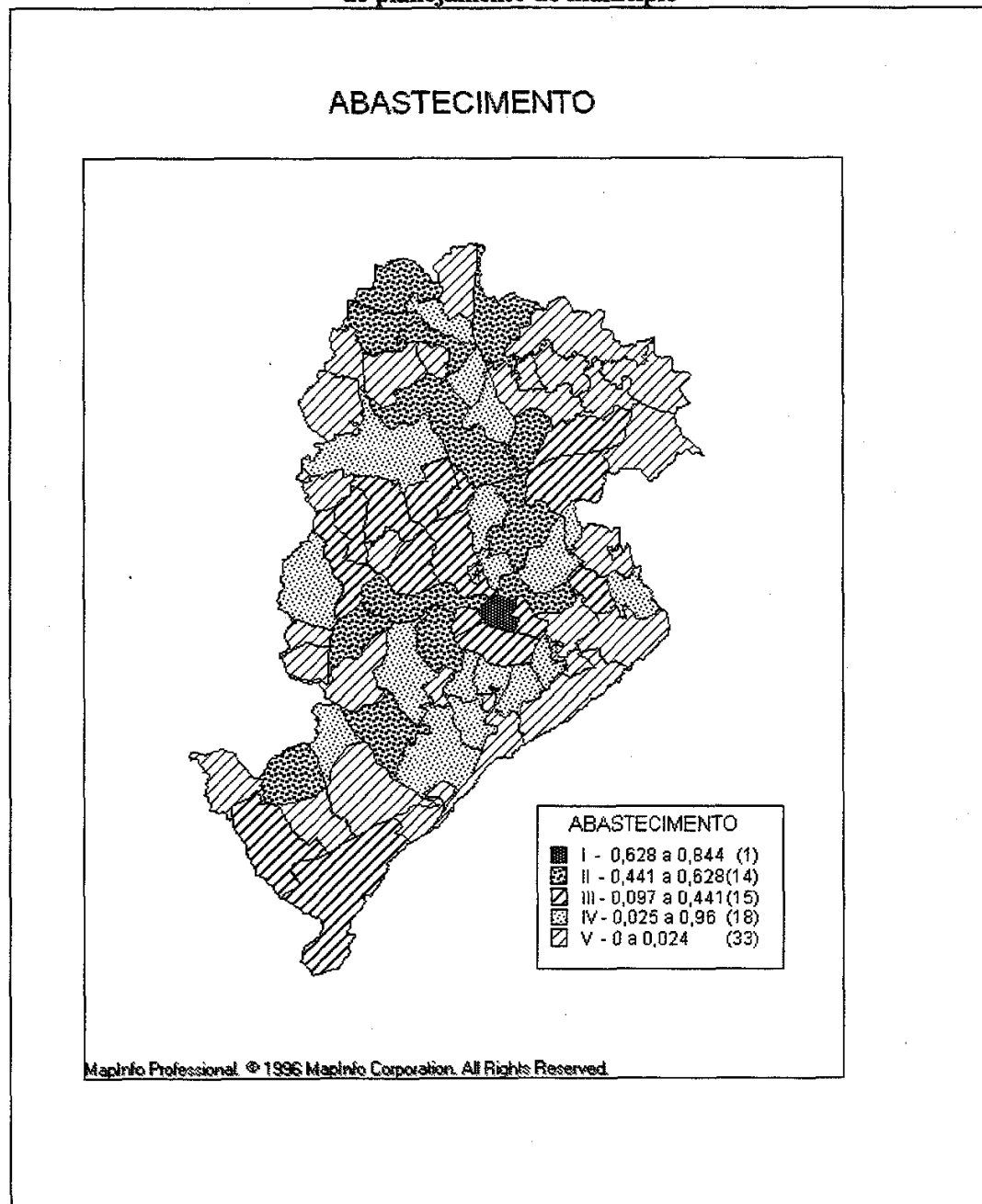
O Quadro 2 relaciona os projetos aos enfoques de Segurança Alimentar estabelecidos anteriormente e também o tempo de maturação dos projetos nos quatro anos de implantação da Secretaria, e descritos como ações que estão orientadas para diferentes ênfases:

1. De enfoque relacionado ao suprimento de quantidades necessárias de alimentos (políticas de "*food security*"), intervenções direcionadas para os seguintes "valores":
  - 1.1) **Bem de salário:** através da redução de preços para consumo direto e regulação de preços no mercado via competição comercial, com o efeito de redução dos dispêndios com alimentação.
  - 1.2) **Garantia de suficiência:** Alimentação não paga comercialmente e ainda relacionada ao fornecimento alimentar institucional (escolas, creches, asilos) ou emergencial

<sup>6</sup> Para uma descrição da metodologia IQVU, ver Lemos, Esteves & Simões, (1995) e, para alguns resultados, ver Simões *et al.* (1996).



**FIGURA 1**  
**Oferta de serviços urbanos de Abastecimento Alimentar em Belo Horizonte por unidades de planejamento do município**



**Fonte : IQVU/PBH 1996**

- 1.3) **Garantia nutricional:** Suplementação alimentar não paga comercialmente orientada para o suprimento de necessidades biológicas específicas)
- 1.4) **Autoabastecimento:** Práticas urbanas adequadas ambiental e ecologicamente para produção própria de alimentos
- 2) **Qualidade Sanitária :**Garantia de alimentação com qualidade sanitária adequada (descrito anteriormente como políticas de “*food safety*”)
- 3) **Hábitos alimentares:** Iniciativas para estímulo a hábitos alimentares saudáveis, conforme o padrão típico de alimentação regional
- 4) **Eficiência competitiva:** Iniciativas que promovem eficiência e competição nas cadeias agroalimentares, envolvendo ações desde a produção agrícola até à estrutura de comercialização atacadista e varejista
- 5) **Qualidade de vida urbana:** Iniciativas que promovem maior acessibilidade física dos consumidores aos pontos de oferta comercial e difusão de informações.

Na análise das informações do Quadro 1 pode-se perceber que um expressivo conjunto de projetos foram desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada, com sindicatos de produtores, com a Universidade, ou em co-responsabilidade administrativa com outras secretarias municipais e com uma empresa estadual (EMATER). Essa característica de busca de parcerias se adequa a uma interpretação de concertação política em torno de iniciativas relacionadas como Segurança Alimentar, em que a estrutura administrativa responsável torna-se uma coordenadora ou nucleadora de ações, ao invés de resguardar-se apenas ao papel de gestora de projetos.

Os “instrumentos de gestão e planejamento” relacionados têm dupla função em termos das iniciativas municipais. Não apenas exercem a função de insumo para o planejamento mas também tornaram-se um serviço público de informações e análises, cuja função seria a de promover um fluxo de informações sobre preços e estrutu-

ração produtiva das cadeias agroalimentares na cidade.

No caso específico do Conselho Municipal de Abastecimento, este parece ser a face mais evidente de uma estratégia de cooperação com a sociedade, através principalmente da ação de câmaras técnicas setoriais, como a Câmara técnica sobre carnes e derivados que reuniu representantes de órgãos públicos e privados para a melhoria das condições sanitárias e de fiscalização destes produtos.

Neste sentido, a trajetória dos projetos da SMAB parte da parceria com a iniciativa privada e com outras estruturas administrativas, mas crescentemente desenvolve responsabilidades administrativas concernentes a questão do acesso e a disponibilidade alimentar. Efetivamente, a política municipal de abastecimento vem cobrir lacunas nas ações municipais e chama para si a coordenação de atividades antes consideradas como meio, e não fim, dentro da estrutura pública (como a alimentação institucional). A linha de intervenção neste campo foi a de, progressivamente, elevar a oferta qualitativa de alimentos nas escolas a partir de adequação nutricional e de centralização do processo de compra, e dessa forma inverter a lógica anterior que submetia exigências nutricionais ao orçamento do caixa único.

Observa-se ainda que as ações de *food safety* são apenas desenvolvidas no terceiro ano de implantação da política, e em caráter consultivo nas câmaras setoriais do COMASA, o que demonstra a hierarquia das questões de suprimento alimentar.

O exemplo de Belo Horizonte demonstra ainda uma ênfase na questão da eficiência das cadeias produtivas, seja com iniciativas de alcance extra-municipal, articulando canais de comercialização varejista com associações de produtores (projetos “Campanha da Safra” e “Direto da Roça”) e a criação de uma central municipal de comercialização atacadista que prevê exclusividade de frequência de produtores rurais.

Para fazer frente ao diagnóstico de desigualdades intra-urbanas de oportunidades de acesso a equipamentos de comercialização, estruturaram-se projetos de “regulação de preços no mercado através de equipamentos regulados pelo poder público municipal, como o projeto “Abastecer” e

**QUADRO 1**  
**PRINCIPAIS PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE**  
**BELO HORIZONTE**

PROJETOS	DESCRIÇÃO	PARCERIAS
Abastecer	Venda de hortifrutigranjeiros em sacolões públicos, realizada por permissionários licitados. Preços e qualidade controlados.	Iniciativa privada
Comboio do Trabalhador	Venda de hortifrutigranjeiros em sacolões públicos, realizada por permissionários licitados. Preços e qualidade controlados. Exigência de operação conjugada no centro e em bairros periféricos.	Iniciativa privada
Cesta popular	Venda de alimentos industrializados a preços subsidiados para consumidores de baixa renda cadastrados. Comercialização em ônibus em bairros periféricos. Gestão pública.	
Campanha da safra/ Direto da Roça	Comercialização de produtos agrícolas por produtores rurais. Preços combinados. Vias públicas.	Produtores Rurais Sindicatos rurais de outros municípios
Central de Abastecimento Municipal	Central de comercialização atacadista para produtores e feira fixa de comercialização varejista. permissionários licitados.	EMATER
Hortas e Pomares escolares	Assistência técnica para hortas escolares e distribuição de mudas de frutíferas.	Escolas municipais
Centro de Vivência Agroecológica	Oficina de cultivo orgânico e de educação ambiental	Sect. Municipal Meio-ambiente ONG
Farinha Enriquecida	Distribuição de farinha enriquecida para gestantes e nutrízes	Sect. Municipal de Saúde
Merenda Escolar	Alimentação escolar da rede pública municipal escolar	
Alimentação para creches e asilos	Alimentação da rede pública municipal de creches e asilos	Sect. Municipal Des.Social
Restaurante Popular	Comercialização de refeições prontas subsidiadas em restaurante Municipal. Gestão pública, mão de obra terceirizada.	
Educação alimentar Ações emergenciais	Cartilhas e oficina de aproveitamento e preparo alimentar Distribuição de alimentos em situações emergenciais	ONG
<b>INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO</b>		
Cesta Smah	Cálculo e divulgação do valor de uma cesta de consumo alimentar, de acordo com o hábito regional com identificação de produtos e estabelecimentos de maior e menor preço.	Universidade Federal
Estudos diagnósticos	Estrutura de comercialização atacadista e varejista na região	Universidade Federal
COMASA	Conselho Municipal de Abastecimento, integrado por outras Secretarias Municipais, órgão estatais, produtores, agroindústrias, sindicatos e ONGs	Instâncias de governo Iniciativa privada. ONGs. Ass. e sindicato trabalhadores.

o projeto "Comboio" - mas que apresentam estratégias e impactos urbanos diferenciados.

O projeto "Abastecer" está baseado na permissão de uso de áreas fixas determinadas pela Secretaria de Abastecimento, com preços e qualidade controlados, similar aos diversos 'sacolões públicos' de outros municípios. O projeto "Comboio", que também conta com preços controlados, ocupa espaços ou vias públicas de grande acesso popular no centro da cidade mas

distingue-se das feiras tradicionais pelo fato de contar com permissionários, selecionados em concorrência pública com base na capacidade operacional, com a obrigação de funcionar durante os fins de semana em bairros onde haja carência de equipamentos privados de comercialização. A idéia básica é a de que a eficiência comercial destes permissionários, potencializada pela cessão pública de espaços de comercialização, seja em parte apropriada pela população que

não se beneficia usualmente da concorrência comercial.

A outra vertente de ação está representada no projeto "Cestão Popular" que comercializa, a preços subsidiados, produtos básicos não perecíveis de alimentação e higiene pessoal para consumidores cadastrados em áreas de baixa renda,

Apresentamos alguns resultados obtidos com a análise econômica (desempenho de vendas, pessoas atendidas, indicadores de produtividade e escala do equipamentos) dos projetos "Comboio" e "Abastecer" realizados entre janeiro e maio de 1995 pelo CEDEPLAR. O principais

#### QUADRO 2

##### PROJETOS DA SMAB DE ACORDO COM OS ENFOQUES DE SEGURANÇA ALIMENTAR

PROJETOS	Enfoque de Segurança Alimentar		Ano de Maturação
	PRINCIPAL	SECUNDÁRIO	
Abastecer	Bem de salário	Eficiência Competitiva	ANO 1
Comboio do Trabalhador	Bem de salário	Eficiência Competitiva	ANO 2
		Qualidade de vida urbana	
Cestão popular	Bem de salário	Qualidade de vida urbana	ANO 3
Campanha da safra/Direto da Roça	Eficiência Competitiva	Bem de salário	ANO 2
Central de Abastecimento Municipal	Eficiência Competitiva	Bem de salário	ANO 4
Hortas e Pomares escolares	Autoabastecimento	Garantia de suficiência	ANO 3
Centro de Vivência Agroecológica	Autoabastecimento	Garantia de suficiência	ANO 4
Farinha Enriquecida	Garantia nutricional		ANO 2
Merenda Escolar	Garantia de suficiência	Garantia nutricional	ANO 2
Alimentação para creches e asilos	Garantia de suficiência	Garantia nutricional	ANO 3
Restaurante Popular	Bem de salário	Garantia nutricional	ANO 3
Educação alimentar	Hábitos alimentares		ANO 1
Ações emergenciais	Garantia de suficiência		ANO 1
<b>Instrumentos de gestão e planejamento</b>			
Cesta Smab	Eficiência Competitiva		ANO 2
Estudos diagnósticos	Eficiência Competitiva		ANO 2
COMASA	Eficiência Competitiva	Qualidade Sanitária	ANO 3

sendo os produtos adquiridos e comercializados pela própria prefeitura. Não é formalmente um projeto de 'regulação de preços' de mercado (embora exerça este efeito) porque atinge uma população que encontra-se parcialmente à margem do mercado. Os preços praticados nas cestas básicas comercializadas igualam a melhor composição de preços para cada produto na cidade, de forma que o subsídio expressa, na realidade, uma subvenção aos custos de transporte ou de atrito espacial.

### 3.2 ALGUNS RESULTADOS E PERFORMANCE DOS PROJETOS REGULADORES DE PREÇOS

resultados obtidos indicam:

#### 1) Quanto ao nível de preços

Verificou-se que a média dos preços praticadas na "Rede SMAB" (equipamentos regulados pela prefeitura) foram 50% inferiores aos da Rede privada no período analisado.

A Tabela 1 expressa a evolução comparada das médias de preços em número índice, tomando a média dos preços do Mercado Livre do Produtor (MLP), local de venda a varejo na CE-ASA/MG) varejo como referência. No período de janeiro a maio, os preços do Abastecer situaram-se em média 36% acima dos preços do mix amostral de dez produtos do varejo MLP, onde não incidem custos de transporte e armazenagem. Este valor sobe para 60% para o comboio

e 172% para o comércio da rede privada, o que fornece uma constatação da eficácia dos programas da rede SMAB na contribuição para redução do custo alimentar.

A compreensão da estratégia, intervenção e cooperação em torno destes projetos e iniciativas, dentro do escopo de Segurança Alimentar pode ser analisada a partir das informações do Quadro 2, que explicitam os objetivos principais e secundários dos projetos desenvolvidos e o

A referência do tempo de maturação técnica dos projetos indica um grau crescente de complexidade operacional, partindo de projetos de parceria na comercialização privada, ("Abastecer") onde o papel da SMAB é o de estabelecer normas e preços, até o projeto do "Cestão Popular" que comercializa a preços subsidiados produtos básicos não perecíveis de alimentação e higiene pessoal para consumidores cadastrados em áreas de baixa renda, realizado exclusiva-

**TABELA 1**  
Diferencial de preços: Rede SMAB e privada  
1995

Preços médios	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Média
MLP	0,22	0,26	0,27	0,27	0,26	0,26
Abastecer	0,31	0,33	0,37	0,37	0,36	0,35
Comboio	0,34	0,39	0,44	0,44	0,44	0,41
Rede Privada	0,59	0,69	0,75	0,75	0,71	0,70
<b>Índices</b>						
MLP	100	100	100	100	100	100
Abastecer	141	127	137	137	138	136
Comboio	155	150	163	163	169	160
Rede privada	268	265	278	278	273	272

FONTE: DT/CEASA/MG; DGSAB/SMAB

tempo de maturação técnica e política dos projetos.

Verifica-se que dos 13 projetos principais desenvolvidos pela SMAB, 10 têm como objeto

mente pela prefeitura.

O quadro ainda demonstra que paulatinamente vão sendo incorporados projetos de *food security* mas, no campo da alimentação instituci-

**TABELA 2**  
IMPACTO GLOBAL DOS PROGRAMAS DA SMAB

	ABASTECER	COMBOIO	TOTAL
Pessoas atendidas (mil)	2.244	802	3.046
Toneladas comercializadas(mil)	13.102,56	5.489,40	18.591,96
Receita Bruta (US\$ 1000)	4.585,90	2.140,87	6.726,76
Economia Popular (US\$1000)	4.585,90	1.701,71	6.287,61

Fonte: Cunha e Lemos (1995)

principal ações de *food security*, e outros 2 relacionam-se secundariamente com este campo de ações.

onal (merenda escolar, centro de saúde, creches, asilos) não referentes à disponibilidade comercial no mercado.

## 2) Quanto ao impacto global

A Tabela 2 sintetiza o impacto agregado destes programas a partir da análise da população atendida, quantidade comercializada e nível de preços praticados extrapolados para avaliação de resultados anuais: os resultados indicam que as 13 unidades analisadas do projeto "Abastecer" têm um potencial de comercialização anual de mais de 13.000 toneladas de produtos hortifrutigranjeiros, atendendo neste período mais de 2.244.000 consumidores (dados de fluxo).

Utilizando o conceito de economia popular agregada para expressar o *diferencial* entre o montante gasto nas projeções de consumo anual da rede controlada pela prefeitura e o montante que seria despendido se tais compras fossem realizadas ao preço médio dos estabelecimentos da rede privada, o valor estimado anualmente atingiria quase US\$ 4,6 milhões de economia popular agregada nos projetos "Abastecer" e US\$ 1,7 milhões nas unidades do projeto "Comboio".<sup>7</sup>

O movimento nestes programas corresponderia a 4,6% do volume total comercializado anualmente na CEASA/MG, uma parcela bastante significativa considerando o alcance regional da CEASA.

A localização dos equipamentos controlados pela prefeitura, fixos em áreas de grande acesso proporciona um efeito direto (redução de dispêndio com alimentação) além do efeito indireto, relevante mas não dimensionado, de indução a redução de preços ou de diferenciação do produto comercializado na rede privada.

Embora o projeto "Comboio" comercialize quantidade menor de produtos, a sua relevância está no fato de criar oferta de serviços de abastecimento em locais pouco atendidos pela rede privada, fora dos principais eixos de abastecimento.

Analisando os dados referentes aos diferentes "roteiros" do Comboio, exercidos por diferentes permissionários e diferentes pontos no centro e nos bairros periféricos, os estudos realizados ainda demonstram que a relação entre as quantidades médias diárias comercializadas no centro e nos bairros periféricos foi surpreendentemente convergente. Na base da concepção de pontos

combinados está a idéia de que os pontos no centro da cidade, ocupados por quatro dias consecutivos e com excelente potencial comercial compensassem a atuação nos bairros periféricos nos fins de semana, onde a menor visibilidade e o menor nível de renda seriam limitantes do potencial de vendas. No entanto, o bom desempenho de vendas nos bairros se deu pela concentração de compras da população local no dia de comparecimento do "Comboio".

Cabe observar que os limites para expansão dessa iniciativa são dados pelo menor número de locais com potencial de vendas no centro. Nas oportunidades nos bairros periféricos, o limite é dado pela capacidade de fiscalização da prefeitura, cuja ênfase têm se concentrado, após a fase de implantação, em assegurar o padrão comercial e sanitário dos produtos, avançando no sentido de valorizar o aspecto de *food safety*.

## 4 CONCLUSÕES

O conceito de Segurança Alimentar têm evoluído e incorporado crescentemente novos 'valores' para a interpretação da questão alimentar. A interpretação deste conceito na dimensão urbana enfatiza a perspectiva de uma nucleação de atividades e interesses públicos que relacione políticas em diferentes níveis federativos, regulados pelos critérios de eficiência e equidade.

O caso de Belo Horizonte evidencia a condução de uma política compatível com percepção ampliada do conceito de Segurança Alimentar, baseada no fluxo de benefícios e informações e desenvolvendo ações de cobertura ampla, referentes a diversas feições do sistema agroalimentar no município. Os resultados alcançados pela condução de uma política de Segurança alimentar local indicam ser esta uma importante instância de intervenção pública e efetiva em termos de resultados econômicos.

As questões que permanecem referem-se à compreensão dos sucessivos estágios de cobertura das condições de segurança alimentar. Especificamente até que ponto devem se desenvolver, e em que profundidade, as ações de *food security*, *food safety* ou de melhoria da qualidade de vida urbana. Ainda mais, qual a responsabilidade estrita do poder público e quais as oportunidades

<sup>7</sup> Valores em dólar de agosto de 1995.

de desenvolvimento de parcerias com a sociedade.

## ABSTRACT:

.....

This paper focuses on the public policies of food supply from different views of the concept of Food Security. The article analyses the evolution of the Food Security concept and provides a methodological framework for the policies linked to this field. The last topic emphasises the urban space as the main focus of food security efforts, taking as example the experience of the food supply policies from Belo Horizonte from the establishment of the Municipal Department of Food Supply whose main results are reported.

## KEY WORDS:

Food Security, Food Supply, Public Policies

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

01. ABAG. **Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness.** São Paulo: ABAG, 1993.
02. ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** HUCITEC.
03. ALVES, CONTINI, A. modernização da agricultura brasileira. In: BRANDÃO, A.S.P. (org).
04. **Os principais problemas da agricultura brasileira: análises e sugestões.** IPEA, 1992.
05. CARVALHO FILHO, J. J. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9. maio/ago. 1995.
06. CEDEPLAR. **Avaliação dos equipamentos da SMAB: relatório de pesquisa.** 1995
07. COELHO et al. **A política de abastecimento alimentar da prefeitura municipal de Belo Horizonte: relatório de pesquisa.** IUPERJ, 1996.
08. CUNHA, Altivo R.A.A. **Trajetórias tecnológicas agroindustriais: aplicação para o caso de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1996 Tese de mestrado.
09. FANFANI, R. et al. **Changement technique et restructuration de l'industrie agro-alimentaire en Europe: une reflexion theorique methodologique.** Paris, 1990. Mimeografado.
10. FARINA, E. M. Q., ZYLBERSTAJN, D. **Relações tecnológicas e organização dos mercados no sistema agroindustrial de alimentos.** São Paulo: PENSA, 1991 (Temas para discussão)
11. FONSECA, Rinaldo. A política agrícola nos países desenvolvidos. In: RAMOS, P. (org.), REYDON (org.) **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas.** Campinas: ABRA, 1995.
12. GOODMAN, D., REDCLIFT, M. **Refashioning nature.** London: Routledge, 1991.
13. SILVA, José Graziano da. Distribuição de renda, preços dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola. **Conjuntura Alimentos**, São Paulo, v.5, n. 2. 1993.
14. SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.
15. HENZ, R. A. O conceito de segurança alimentar na Organização Mundial de Comércio. **Revista de Política Agrícola**, a. 5, n. 2, jun. 1996.

16. HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 9, maio/ago. 1995.
17. HOMEM DE MELLO, A **questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil**. Brasília: IPEA/PLAN, 1988.
18. LEMOS, Mauro B. Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e liderança de mercados: o caso brasileiro. In: REYDON, B., RAMOS, P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995.
19. LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R.A.A. Os fluxos de abastecimento no sistema agroalimentar de Minas Gerais: o caso de Belo Horizonte. In: **SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA**, 7., 1995, Diamantina. *Anais...* Diamantina, 1995. v. 2.
20. LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R.A.A. **Empresas e setores dominantes no sistema agroalimentar em Belo Horizonte e o alcance das políticas de regulação da SMAB: relatório de pesquisa**. 1994. v. 1.
21. LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R.A.A. **Empresas e setores dominantes no sistema agroalimentar em Belo Horizonte e o alcance das políticas de regulação da SMAB: relatório de pesquisa**. 1994. v. 2.
22. LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R.A.A. **Empresas e setores dominantes no sistema agroalimentar em Belo Horizonte e o alcance das políticas de regulação da SMAB: relatório de pesquisa**. 1994. v. 3.
23. LEMOS, Maurício, ESTEVES, Otávio, SIMÕES, Rodrigo. Uma metodologia para a construção de um índice de qualidade de vida urbana. In: **SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA**, 7., 1995, Diamantina. *Anais...* Diamantina, 1995. v. 2.
24. MARQUES, M. Evolução e perspectivas da política comercial agrícola brasileira. *Revista de Política Agrícola*. a. 3, n. 4, jun. 1994.
25. MARQUES, Paulo Eduardo M. **Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo de disputa e produção ideológica**. CPDA/UFRRJ. Tese de mestrado.
26. MARQUES, Paulo Eduardo M. ABAG: constituição, discurso e segurança alimentar. In: *Anais...* PIPSA. Campina Grande, 1996.
27. MONTEIRO, C.A. A dimensão da pobreza, fome e da desnutrição do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, maio/ago. /1995.
28. NABUCO, Maria. Regina. **Cidadania Alimentar**. Belo Horizonte: Smab/PBH, 1996.
29. ORTEGA, Cesar. Uma aproximação ao corporatismo e as novas formas de representação de interesses na agricultura. In: **I WORKSHOP TEÓRICO EM ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA**, Campinas, 1996.
30. SIMÕES et al. 1996. O Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU/BH) como instrumento de gestão municipal: produção e elaboração de novos indicadores urbanos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS**, 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
31. VALENTE, Flavio; MENEZES, F, MALUF, Renato. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Agora, 1995. Mimeografado.
32. VEIGA, Jose Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC., 1991.

---

Recebido para publicação em 27.06.97